



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

## MANHÃ

### AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO – ÁREA DE PLANEJAMENTO ECONOMIA

NÍVEL SUPERIOR TIPO 1 – BRANCA



#### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **100 (cem)** questões objetivas você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



#### TEMPO

- Você dispõe de **5 (cinco) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas e o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **2 (duas) horas e 30 (trinta) minutos** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



#### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



#### INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal de sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



## Módulo I - Conhecimentos Gerais

### Língua Portuguesa

1

Os documentos públicos e os jornais são inficionados diariamente com expressões impróprias, às quais o povo se acostuma, à força, ao lê-las. (Voltaire)

Assinale a afirmativa correta sobre o significado ou estruturação da frase apresentada.

- (A) As “expressões impróprias” aludidas na frase se referem a expressões grosseiras, pouco educadas.
- (B) A imprensa, segundo Voltaire, tem a finalidade de educar o público leitor.
- (C) A frase alude ao problema de alguns documentos públicos se utilizarem de linguagem inadequada, já que se trata de textos de grande número de leitores.
- (D) A semelhança entre os documentos públicos e os jornais é a preocupação com a educação dos leitores.
- (E) A preocupação com a modernidade pode provocar, segundo a frase, mudanças linguísticas.

2

Leia a frase abaixo com atenção:

*A carta é telefonema antiquado, do tempo em que as pessoas sabiam escrever e ler.*

Assinale a afirmativa correta acerca da frase apresentada.

- (A) A frase mostra a superioridade da língua escrita sobre a língua falada.
- (B) A frase traz uma crítica à educação moderna.
- (C) A carta é comparada a um telefonema por ambos os meios serem considerados antiquados.
- (D) O autor da frase indica um aspecto da modernidade superior aos tempos passados.
- (E) Saber escrever e ler não é visto na frase como traço de qualidade superior.

3

Um dos problemas da escrita é o emprego desnecessário de palavras.

Assinale a frase a seguir em que **não** ocorre esse problema.

- (A) Todas as interações humanas são oportunidades ou para aprender ou para ensinar.
- (B) O destino do mundo depende em primeiro lugar dos estadistas. Em segundo lugar, dos intérpretes.
- (C) Para o seu próprio bem, não fale demais.
- (D) Uma vez penso; outras vezes, existo.
- (E) Uma hora de conversação vale mais que 50 cartas.

4

Observe o texto a seguir:

*De fato, na língua falada, o homem vive a sua vida sobre a terra. Cada uma das medidas naturais de sua existência está inscrita em quatro palavras. As duas primeiras ‘Bom dia’. Ao dizê-las, ingressamos em um dia a mais, nos preparamos para consumir uma mais dessas unidades de tempo, feitas do céu, do sol e da luz. E, quando, já usado, nos corre por entre as mãos esse pedaço da nossa existência, nos despedimos com outras duas palavras: ‘Boa noite’ ou ‘Até amanhã’. Essas duas formas verbais nos contam o transcorrer de nossos passos sobre a terra.*

Esse segmento textual deve estar inserido no modo expositivo de organização discursiva.

Uma marca que caracteriza esse modo de organização é a

- (A) apresentação de uma série de fatos cronologicamente sucessivos que dão conta de um período de tempo.
- (B) exposição de um tema de forma coerente, ordenada e clara, de modo que possa ser lido com fluidez e interpretado com facilidade.
- (C) indicação de um conjunto de traços de uma realidade qualquer de forma que a possamos identificar.
- (D) defesa de uma ideia diante de uma realidade que permite mais de um posicionamento ideológico.
- (E) demonstração de uma ideia apoiada em diferentes meios de comprovação ou apoio para convencimento do leitor.

5

Assinale a frase em que houve troca indevida entre A e HÁ.

- (A) Os atletas estão há poucos dias das Olimpíadas.
- (B) Não há muito o que fazer nessas circunstâncias.
- (C) Dentro da caixa há uma série de brinquedos.
- (D) O que há de novo na guerra Rússia X Ucrânia?
- (E) Sem problemas, pois há dois meses até o pagamento.

6

Assinale a frase em que **não** está presente qualquer processo de abreviação vocabular ou textual.

- (A) Expressei-me clara e calmamente.
- (B) Foram abordados os micro e macroproblemas do país.
- (C) Os EUA participaram da conferência sobre o clima.
- (D) Os países anglo-saxônicos são bem desenvolvidos.
- (E) Os animais e os humanos participam do mesmo mundo.

7

Verbos abundantes são aqueles que possuem mais de uma forma de valor equivalente, o que ocorre principalmente no participio.

Assinale a opção que mostra uma forma **inadequada** de participio.

- (A) aceitar / aceitado e aceite.
- (B) entregar / entregado e entregue.
- (C) chegar / chegado e chego.
- (D) pegar / pegado e pego.
- (E) expressar / expressado e expresso.

8

Entre as frases abaixo – do livro *A Cidade e as Serras*, de Eça de Queiroz -, aquela em que a forma debaixo está mal-empregada, é:

- (A) “-Ainda estive para me abrigar em casa do Esgueira, que é um caseiro de cá. Aquela casa, ali debaixo, onde está a figueira...”.
- (B) “Os séculos rolam; e sempre imutáveis farrapos lhe cobrem o corpo, e sempre debaixo deles, através do longo dia, os homens labutarão e as mulheres chorarão”.
- (C) “No Inverno, logo que na amável cidade começavam a morrer de frio, debaixo das pontes, criancinhas sem abrigo – ela preparava com comovido cuidado os seus vestidos de patinagem”.
- (D) “Findou pôr voltar ao montão de jornais amarrotados, ergueu melancolicamente um velho Diário de Notícias, e com ele debaixo do braço subiu ao seu quarto, para dormir, para esquecer”.
- (E) “Assobiando o fado meigo tirei debaixo da cama a minha velha mala, e meti solícitamente entre calças e peúgas um Tratado de direito civil, para aprender enfim, nos vagares da aldeia, estendido sob a faia, as leis que regem os homens”.

9

As frases a seguir mostram um adjetivo sublinhado. Assinale a frase em que esse adjetivo tem valor de estado.

- (A) Fazemos o que não podemos deixar de fazer, e classificamos isto com os mais belos nomes.
- (B) Pensar é o trabalho mais duro que há.
- (C) Todo homem trabalhador tem sempre uma oportunidade.
- (D) A direção recomendou que alunos gripados fossem separados dos demais a fim de evitar-se a contaminação.
- (E) A concorrência é um estilo de vida. Se você não tem um concorrente forte, você é obrigado a inventar um.

10

As frases a seguir mostram locuções adjetivas que foram substituídas por adjetivos, indicados entre parênteses.

Entre as substituições propostas, assinale aquela que é possível e adequada.

- (A) O artista tem uma concepção original do infinito (infinita).
- (B) A vida da cidade (suburbana) é um inferno, mas ninguém quer mudar-se para o paraíso.
- (C) Escrever humor é um método de lucro (lucrativo) engraçado.
- (D) O dever da literatura (literário) é levar a pessoa a inserir-se na história.
- (E) Fora o cachorro, o livro é o melhor amigo do homem (humano).

## Matemática Financeira, Estatística e Raciocínio Lógico

11

A negação de *Paulo gosta de futebol ou João gosta de basquetebol* é

- (A) Paulo gosta de futebol e João não gosta de basquetebol.
- (B) Paulo não gosta de futebol ou João gosta de basquetebol.
- (C) Paulo pode gostar de futebol e João pode não gostar de basquetebol.
- (D) Paulo não gosta de futebol e João gosta de basquetebol.
- (E) Nem Paulo gosta de futebol nem João gosta de basquetebol.

12

Em relação ao sistema francês de amortização, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V):

- I. Todas as prestações (pagamentos) são de mesmo valor.
- II. Um exemplo de uso comum são financiamentos de bem de consumo em geral.
- III. O valor da prestação P é calculado pelo produto do valor financiado pelo coeficiente K dado pela fórmula

$$K = \frac{i(1+i)^n}{(1+i)^n - 1}$$

em que *i* é a taxa ao período e *n* é o número de períodos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

13

Com os algarismos 0, 1, 2, 3, 4 e 5 é possível formar a seguinte quantidade de números de 3 algarismos:

- (A) 120.
- (B) 144.
- (C) 156.
- (D) 180.
- (E) 216.

14

A amostra de idades a seguir foi obtida:

20 35 23 54 46 22 41 50 38 40 35 18 32 29 31 56 37

A mediana dessas idades é igual a

- (A) 34
- (B) 35
- (C) 36
- (D) 37
- (E) 38

15

A urna I contém 6 bolas brancas e 10 bolas azuis; a urna II contém 8 bolas brancas e 11 bolas azuis. Sorteamos ao caso uma bola da urna I e a colocamos na urna II sem observar sua cor. Em seguida, sorteamos duas bolas da urna II, sem reposição.

A probabilidade de que as duas bolas sorteadas da urna II sejam brancas é aproximadamente igual a

- (A) 0,180.
- (B) 0,305.
- (C) 0,366.
- (D) 0,466.
- (E) 0,482.

## Ética no Serviço Público

16

Ao compulsar a Lei nº 5.810/1994 do Estado do Pará, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará, Aparício verificou que existem penalidades que serão aplicadas por meio de portaria, entre elas as seguintes:

- (A) repreensão e suspensão.
- (B) demissão e cassação de aposentadoria.
- (C) destituição de cargo em comissão e suspensão.
- (D) repreensão e cassação de disponibilidade.
- (E) demissão e destituição de cargo em comissão.

17

No exercício de suas atribuições como auditor de controle externo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, regularmente investido no cargo, Rozendo entendeu ser necessário averiguar as normas aplicáveis aos servidores no tocante às relações com o fiscalizado, à luz da Resolução nº 18.523/2013 (Código de Ética), vindo a concluir corretamente que, durante os trabalhos de fiscalização a cargo do Tribunal, o servidor deverá:

- (A) conferir prioridade ao caráter inquisitorial às indagações formuladas ao fiscalizado.
- (B) evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e nos tratamentos dos fatos levantados.
- (C) dar preferência para realização de sugestões sobre assunto administrativo interno do órgão, entidade ou programa fiscalizado durante os trabalhos de campo.
- (D) manter atitude de independência em relação ao fiscalizado, deixando clara a sua posição de superioridade.
- (E) manter sigilo quanto às sanções aplicáveis em virtude da sonegação de informação e obstrução ao livre exercício das atividades de controle externo, para não prejudicar ulterior procedimento sancionatório.

18

Sociedade Açucena praticou conduta que caracteriza ato lesivo à Administração Pública Estadual, situação em que, à luz da Lei nº 12.846/13,

- (A) eventual responsabilização da pessoa jurídica na esfera administrativa não afasta a possibilidade de responsabilização na via judicial.
- (B) a instauração de processo administrativo específico de reparação integral do dano prejudica a aplicação imediata das sanções estabelecidas na norma em comento, afastando, assim, a imposição de tais penalidades.
- (C) a aplicação de sanções na esfera judicial depende da caracterização do elemento doloso, não bastando a mera voluntariedade do agente para fins de responsabilização.
- (D) não há possibilidade de aplicação de sanções à pessoa jurídica, diante da ausência do elemento volitivo, restringindo-se a aplicação de penalidades aos dirigentes e administradores da sociedade.
- (E) não pode ser a ela aplicada sanção na via administrativa, restringindo-se tal esfera de responsabilização aos atos lesivos à Administração Pública federal e estrangeira.

19

Em decorrência de determinada conduta realizada no exercício de suas atribuições como servidora pública do Estado do Pará, Jasmine está respondendo por crime de abuso de autoridade na esfera penal, e tomou ciência de que será instaurado um processo administrativo-disciplinar pelos mesmos fatos.

Diante dessa situação hipotética, acerca das esferas de responsabilização mencionadas, à luz do disposto na Lei nº 13.869/2019, é correto afirmar que

- (A) nenhuma decisão penal absolutória pode fazer coisa julgada em âmbito administrativo-disciplinar, considerando a independência das esferas de responsabilização.
- (B) as penas previstas na lei de abuso de autoridade abarcam as sanções administrativas, impedindo a instauração do processo administrativo-disciplinar, inexistindo independência entre tais esferas de responsabilização.
- (C) as questões que venham a ser decididas pelo Juízo criminal quanto à negativa de autoria não podem mais ser questionadas em âmbito administrativo-disciplinar, apesar da independência das esferas de responsabilização.
- (D) não há independência entre as esferas de responsabilização, de modo que qualquer decisão absolutória penal, ainda que por ausência de provas, repercute na esfera administrativo-disciplinar.
- (E) apenas pode refletir ou fazer coisa julgada no processo administrativo-disciplinar a decisão penal absolutória que reconheça a inexistência do fato, diante da independência das esferas de responsabilização.

20

João e Maria são servidores públicos estáveis do Estado do Pará que cometeram infrações funcionais, sendo certo que aquela cometida por João enseja a penalidade de demissão, enquanto a de Maria é punível, em princípio, com repreensão, considerando que ela nunca sofreu penalidade em decorrência do exercício de suas atribuições.

Ambos estão interessados em formular um Termo de Ajustamento Disciplinar (TAD), na forma da atual redação da Lei nº 5.810/1994, sendo correto afirmar, acerca do tema, em consonância com as peculiaridades narradas, que

- (A) o TAD não pode ser formalizado em nenhum dos casos, na medida em que aplicável nas hipóteses em que caracterizada mera irregularidade, pois nenhuma sanção pode ser substituída pelo aludido instrumento consensual.
- (B) no caso de Maria poderá ser formalizado o TAD, que depende de pedido a ser formalizado pela interessada, o qual não pode ser recusado pela Administração, devendo ela se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, mas a sua formalização na situação de João dependeria de sua aposentadoria.
- (C) apenas João poderá formalizar o TAD, que deve ser proposto pela Administração, mas depende de sua aceitação expressa no sentido de se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente, não sendo aplicável na situação de Maria, em razão da respectiva penalidade.
- (D) o TAD pode ser formalizado em ambos os casos, de ofício ou a pedido dos interessados, constituindo direito subjetivo dos interessados, que devem se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.
- (E) no caso de João não é cabível a formalização do TAD, já na situação de Maria é possível a sua formalização, a pedido ou de ofício pelas autoridades competentes, dependendo de sua aceitação formal, no sentido de se comprometer a ajustar sua conduta e a observar os deveres e proibições previstos na legislação vigente.

## Legislação Específica

21

XX, Deputado Estadual no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, almejava apresentar projeto de lei sobre determinada temática. Após alentada análise de sua assessoria, foi constatado que a referida temática se inseria no rol de competências legislativas privativas da União. Além disso, também se verificou que a União ainda não tinha editado uma lei disciplinando a referida temática.

À luz da Constituição do Estado do Pará, é correto afirmar, em relação à competência legislativa da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, que esse ente

- (A) pode legislar sobre a temática, se houver autorização da União por meio de lei complementar.
- (B) não pode legislar sobre a temática, não sendo possível a concessão de autorização ou de delegação pela União.
- (C) somente pode legislar sobre a temática nos casos em que a Constituição da República adota o instituto do reenvio.
- (D) pode legislar sobre a temática, sendo que a superveniência da lei da União revogará a lei estadual, caso dela destoe.
- (E) pode legislar sobre a temática, sendo que a superveniência da lei da União suspenderá a eficácia da lei estadual, caso dela destoe.

22

O Tribunal de Contas do Estado do Pará, em processo de tomada de contas, realizou imputação de débito a Antônio, que atuara como ordenador de despesas no âmbito de uma fundação pública estadual. Após a emissão da certidão de débito, constatou-se que o custo da cobrança seria superior ao valor do ressarcimento.

Em situação dessa natureza, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 81/2012, é correto afirmar que

- (A) pode ser determinado o arquivamento do processo, com cancelamento do débito, sendo dada quitação a Antônio.
- (B) deve ser determinado o arquivamento do processo, com cancelamento do débito, não sendo dada quitação a Antônio.
- (C) pode ser determinado o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, não sendo dada quitação a Antônio.
- (D) deve-se prosseguir com as medidas direcionadas à cobrança, considerando a natureza repressiva e pedagógica da condenação.
- (E) pode ser determinado o arquivamento do processo, desde que Antônio não tenha sido beneficiado por medida similar nos cinco anos anteriores.

23

Em determinado processo administrativo, o Tribunal de Contas do Estado do Pará constatou que a sociedade empresária Alfa tinha comprovadamente incorrido em fraude em uma licitação realizada por Beta, ente da Administração Pública indireta do Estado do Pará. Durante o julgamento do caso, foram realizados debates em relação à aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

Por fim, à luz do disposto na Lei Complementar estadual nº 81/2012, conclui-se corretamente que

- (A) a sanção apresenta caráter puramente administrativo, logo, sua aplicação, ou não, no caso concreto, fica a critério exclusivo da autoridade competente de Beta.
- (B) o Tribunal de Contas somente pode aplicar a sanção pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, observadas as garantias do contraditório e da ampla defesa.
- (C) caso o Tribunal de Contas entenda que é pertinente, deve aplicar a sanção no âmbito do processo administrativo em que constatar a ocorrência da fraude à licitação.
- (D) caso o Tribunal de Contas entenda que é pertinente, deve determinar que a autoridade competente de Beta aplique a sanção, e, se a determinação não for atendida em noventa dias, deve aplicá-la.
- (E) o Tribunal de Contas deve aplicar a sanção caso a autoridade competente de Beta ainda não a tenha aplicado, requisito não atendido com a mera realização de juízo de valor diverso do que prevaleceu no colegiado.

24

Ana, estagiária no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará, teve acesso a um expediente recém-protocolizado, cujo objeto era uma consulta formulada pelo diretor-presidente de uma autarquia estadual.

O supervisor de estágio solicitou que Ana realizasse uma análise inicial, o que a levou a concluir que:

- I. o consulente carece de legitimidade;
- II. cabe ao relator sorteado decidir sobre a admissibilidade do seu processamento;
- III. caso seja admitida para análise, o processo relativo à consulta tramitará em regime de urgência, se, por sua natureza, exija imediata solução.

Ao analisar as afirmações de Ana, o supervisor lhe explicou, corretamente, que, à luz do Regimento Interno:

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a afirmação II está certa.
- (C) apenas a afirmação III está certa.
- (D) apenas as afirmações I e II estão certas.
- (E) apenas as afirmações I e III estão certas.

25

O Poder Executivo do Estado do Pará realizou estudos com o objetivo de promover a descentralização da prestação de determinado serviço público de competência estadual. Nesses estudos, foi debatida a possibilidade de que a referida descentralização fosse direcionada a uma entidade paraestatal.

Ao final, concluiu-se corretamente, à luz da Constituição do Estado do Pará, que

- (A) a outorga do serviço público deve ser necessariamente antecedida de licitação, o que impede o direcionamento almejado.
- (B) como o ente paraestatal integra a Administração Pública indireta, cabe apenas ao Poder Executivo avaliar a conveniência, ou não, do direcionamento almejado.
- (C) a outorga apenas se dará mediante lei autorizadora, devendo ser demonstrada, na perspectiva técnica ou econômica, a impossibilidade ou inconveniência da centralização.
- (D) o direcionamento é ato privativo do Poder Executivo, mas pressupõe a demonstração de suas vantagens, na perspectiva da economicidade e da eficiência, em relação à licitação.
- (E) a forma de outorga do serviço, se mediante contratação direta ou mediante licitação, com entes da Administração Pública indireta ou entes privados, deve ser definida pela Assembleia Legislativa.

## História, Geografia e Conhecimentos do Estado do Pará

26

O reinado de D. José I foi marcado por um projeto de reorganização administrativa do império luso e por uma reconfiguração da gestão metropolitana do Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751) governado por Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-59), meio-irmão do Marquês de Pombal.

Assinale a opção que apresenta um instrumento das novas diretrizes econômico-administrativas metropolitanas para a região.

- (A) A instituição da Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755), sem caráter monopolista, tinha como propósito aumentar as atividades comerciais na região, introduzindo o sistema de comissários volantes como intermediários entre as praças coloniais e metropolitanas.
- (B) A implementação da Lei de Liberdade dos índios (1755) levou à abolição do trabalho forçado indígena e estabeleceu um prazo máximo de 10 anos de prestação de trabalho aos colonos e a posterior libertação dos indígenas.
- (C) O alvará de extinção do poder temporal dos regulares sobre os índios do Grão-Pará e Maranhão (1755) aboliu o controle administrativo dos missionários de qualquer ordem religiosa sobre os aldeamentos indígenas.
- (D) O Diretório dos Índios (1757) previa o incentivo ao casamento entre índios e brancos, além da eleição de um diretor indígena para cada aldeia, o qual apoiaria a implementação do Diretório *in loco*.
- (E) A criação da Capitania de São José do Rio Negro (1755), desvinculada e autônoma em relação ao Estado do Grão-Pará e Maranhão, em função da distância em que se encontrava a região fronteira amazônica em relação aos centros de decisão, instalados em Belém e em São Luís.

27

Em 2024, Belém completou 408 anos. Sua arquitetura e sua urbanização, entretanto, conservam ainda o que foi realizado durante o ciclo da borracha, dando origem à cultura da *Belle Époque* paraense (1870-1910).

As afirmativas a seguir descrevem corretamente a *Belle Époque* paraense, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) O então gestor da cidade, o intendente Antônio Lemos, desejava reproduzir na América uma configuração urbana europeizada, por isso favoreceu a construção de ruas largas, chamadas boulevards, e de áreas verdes como o Bosque Rodrigues Alves, inspirado no Bois de Boulogne parisiense.
- (B) A urbanização e a cultura da *Belle Époque* inspiravam-se sobretudo na cultura francesa, de modo que políticos e elites locais buscavam transpor para Belém o modo de vida e as manifestações artísticas da Paris da época, mediante a construção de teatros líricos, como o Theatro da Paz, por exemplo.
- (C) A construção de um espaço urbano considerado civilizado levou à formulação de um paisagismo tropical moderno, marcado por canteiros curvos e fluidos e pela valorização da vegetação nativa, como se experimentava em Paris e Londres no mesmo período.
- (D) O poder público implantou em Belém serviços pautados em tecnologia avançada, como o bonde elétrico, a iluminação pública e um modelo sanitário pautado na construção de redes de esgoto, de abastecimento de água e de tratamento do lixo.
- (E) O conceito de modernidade aplicado às reformas de Belém estava ligado à ideia de progresso, materializada pela construção de símbolos modernos como as ferrovias, associadas à intensificação das redes comerciais no último quarto do século XIX.

28

Em junho de 2023, a Comissão Arns entregou ao ministro da Justiça e Segurança Pública o relatório “Pará: sem justiça não há paz”, fruto de uma expedição no Sul e Sudeste do Pará, território marcado por uma criminalidade crônica. Os principais tipos de conflitos territoriais registrados foram: a ação ilegal e predatória de grileiros, garimpeiros e madeireiros; a atuação de milícias rurais organizadas para a prática de crimes violentos na região; o excesso de uso da força policial em ações de desapropriação; e a invasão de terras públicas não destinadas, entre outros.



A respeito do enfrentamento do quadro de insegurança e violência, assinale a opção que descreve de modo pertinente uma possível ação para reafirmar o poder público e fortalecer a sociedade civil na região.

- (A) O estabelecimento de protocolos públicos para o uso da força policial nos casos de desocupação forçada, pelos governos federal e estadual.
- (B) O levantamento e a sistematização de um banco de dados dos casos de conflito fundiário judicializados, pela assembleia legislativa estadual.
- (C) A criação e supervisão de comissões de mediação e apoio para resolução negociada de conflitos relativos à posse fundiária, pelo tribunal de contas estadual.
- (D) O confisco de armamentos ilegais presentes em assentamentos e entre milícias rurais, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).
- (E) A repressão às invasões em Unidades de Conservação e Terras Indígenas, por parte do Greenpeace Brasil e outras organizações não governamentais.



29

Observe o mapa a seguir das Macrorregiões Hidrográficas (MRHs) do Estado do Pará.



Fonte: Pará. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade Plano Estadual de Recursos Hídricos do Pará – Belém, SEMAS, 2021. Adaptado.

Estabeleça a relação entre as MRHs listadas a seguir e os respectivos números assinalados no mapa.

- ( ) Tapajós
- ( ) Portel-Marajó
- ( ) Calha Norte

Assinale a opção que mostra a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 2 – 4 – 3.
- (B) 5 – 1 – 7.
- (C) 6 – 3 – 2.
- (D) 4 – 5 – 6.
- (E) 7 – 2 – 1.

30

A respeito da obra do artista contemporâneo Éder Oliveira, leia um trecho de sua entrevista e observe uma de suas telas.

*Essa obra é um autorretrato do meu trabalho. Ali consta tudo que venho fazendo nos últimos anos. Em um primeiro plano, tem um homem que está sendo forçado por um policial a ser fotografado. O policial puxa o rosto dele. Depois a foto vai para um jornal, eu me aproprio do jornal. E nessa de transformar em pintura, eu propositalmente cubro um pouco a identidade desse homem. Quando ele vira pintura, ele deixa de ser aquela pessoa. Eu pinto essas pessoas todas de vermelho, de azul. Isso ajuda a torná-los menos reconhecíveis enquanto indivíduos, enquanto fulano que foi preso por tal coisa. Então, é por isso que o meu braço cobre a identidade dele fazendo uma tarja vermelha. Uma alegoria do meu trabalho, um autorretrato.*

Trecho adaptado de entrevista com o artista paraense Éder de Oliveira in: <https://www.revistaderivasanaliticas.com.br/index.php/eder>



Éder Oliveira, *Autorretrato*, 2016. Óleo sobre tela, 297 x 205 cm.

Com base na entrevista e na imagem, analise as afirmativas a seguir sobre a obra de Éder Oliveira.

- I. O artista se especializou no gênero autorretrato, usado para investigar a própria individualidade, única e irrepetível, em um contexto paraense marcado pelo hibridismo cultural.
- II. As fotos, publicadas em jornais, de homens presos, ou supostos autores de crimes, são ressignificadas pictoricamente e denunciam a construção de uma identidade social negativa e violenta associada aos ditos homens comuns, os negros, mestiços e caboclos amazonenses.
- III. A obra explora as relações entre retrato, imagem e identidade, estabelecendo um diálogo entre arte e mídia para denunciar mecanismos de invisibilidade e estigmatização social.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

## Módulo II - Conhecimentos Específicos

### Básicos

### Noções de Direito

31

Pedro, nascido em Timor-Leste, tinha grande familiaridade com a cultura brasileira, o que era facilitado pelo fato de a língua portuguesa ser uma das línguas oficiais. Após residir um ano no território brasileiro, período em que frequentou um curso de graduação em uma universidade pública, decidiu se naturalizar brasileiro.

É correto afirmar, à luz da Constituição da República, que Pedro

- (A) já adquiriu a nacionalidade brasileira.
- (B) também deve apresentar idoneidade moral para obter êxito no pedido de naturalização.
- (C) deve cumprir os requisitos aplicáveis à generalidade dos estrangeiros para se naturalizar.
- (D) precisa residir por quinze anos ininterruptos no território brasileiro e sem condenação criminal.
- (E) possui a quase-nacionalidade brasileira, desde que haja reciprocidade em favor dos brasileiros em Timor-Leste.

32

O Deputado Estadual Pedro pretendia apresentar à Assembleia Legislativa do Estado Delta projeto de lei versando sobre matéria de competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Após promover alentada busca, constatou que nem a União nem o Estado Delta tinha legislado sobre a matéria.

À luz da divisão constitucional de competências, Pedro concluiu corretamente que o Estado Delta

- (A) somente pode legislar sobre a matéria após a União.
- (B) pode legislar sobre a matéria, desde que seja expressamente autorizado pela União.
- (C) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União revogará a lei estadual na hipótese de colidência.
- (D) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União suspenderá a eficácia da lei estadual na hipótese de colidência.
- (E) pode legislar sobre a matéria, sendo que a superveniência de normas gerais da União não terá influência sobre a lei estadual, ainda que sejam colidentes.

33

O Presidente da República apresentou projeto de lei complementar versando sobre matéria de sua iniciativa exclusiva, estranha à sistemática orçamentária. No âmbito da Câmara dos Deputados, foi aprovada emenda que estendia o alcance da proposição legislativa e acarretava aumento de despesa obrigatória, sendo indicada a respectiva fonte de custeio. Após o trâmite regular, o projeto foi aprovado nas duas Casas do Congresso Nacional, mas foi vetado pelo Presidente da República. O veto foi derrubado pelo Poder Legislativo e, ato contínuo, foi promulgada a Lei nº X pelo Presidente do Senado Federal.

Com base nas normas constitucionais afetas ao processo legislativo, é correto afirmar que a narrativa

- (A) não apresenta nenhuma incorreção.
- (B) somente apresenta incorreção em relação à emenda aprovada pela Câmara dos Deputados.
- (C) somente apresenta incorreção em relação à promulgação realizada pelo Presidente do Senado Federal.
- (D) somente apresenta incorreção em relação à promulgação, que deveria ser realizada em momento anterior à derrubada do veto.
- (E) somente apresenta incorreção em relação à emenda aprovada pela Câmara dos Deputados, e à promulgação realizada pelo Presidente do Senado Federal.

34

O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa foi informado por sua assessoria a respeito da necessidade de aperfeiçoamento da estrutura administrativa, de modo a aumentar o nível de eficiência e a reduzir a despesa pública.

Com esse objetivo, sugeriu-se que o Governador do Estado editasse decreto com os seguintes comandos:

- I. extinção de vinte cargos em comissão que estão vagos;
- II. organização da Administração Pública, sem aumento de despesa; e
- III. extinção de três órgãos públicos.

Considerando a simetria com a União, é correto afirmar, em relação às três medidas alvitradas, que

- (A) todas podem ser adotadas.
- (B) somente a medida II pode ser adotada.
- (C) somente a medida III pode ser adotada.
- (D) somente as medidas I e II podem ser adotadas.
- (E) somente as medidas I e III podem ser adotadas.

**35**

Os servidores públicos do Município Alfa, tanto os ocupantes de cargos de provimento efetivo, quanto os ocupantes de cargos em comissão, postularam, no corrente ano, junto ao Prefeito Municipal, a criação de um regime próprio de previdência social. A medida, ao seu ver, será mais benéfica que a sua sujeição ao regime geral de previdência social, como ocorria até então.

Após analisar a sistemática constitucional, a assessoria do Prefeito Municipal esclareceu corretamente que o regime próprio

- (A) pode ser criado, mas somente pode abranger os ocupantes de cargos em comissão.
- (B) pode ser criado, mas somente pode abranger os ocupantes de cargos de provimento efetivo.
- (C) somente pode ser criado mediante autorização específica do Ministério da Previdência Social.
- (D) pode ser criado, e deve abranger os ocupantes de cargos de provimento efetivo e os ocupantes de cargos em comissão.
- (E) não pode ser criado para os ocupantes de cargos de provimento efetivo nem para os ocupantes de cargos em comissão.

**36**

Ao estudar a classificação dos atos administrativos, à luz da orientação do Supremo Tribunal Federal, Josiane verificou que é correto indicar como um ato administrativo complexo

- (A) a decisão plenária de certo Tribunal de Contas.
- (B) a determinação de ressarcimento ao erário pelo Tribunal de Contas, após o devido processo administrativo.
- (C) o registro de aposentadoria de servidores públicos ocupantes de cargo efetivo junto ao respectivo Tribunal de Conta.
- (D) a desconsideração da personalidade jurídica em sede administrativa, realizada pelo Tribunal de Contas em determinado processo administrativo.
- (E) o reconhecimento de ilegalidade de determinada verba remuneratória paga a servidor público, por decisão do Tribunal de Contas.

**37**

Considerando o delineamento constitucional conferido aos cargos em comissão e a orientação do Supremo Tribunal Federal acerca do tema, é correto afirmar que tais cargos

- (A) devem ser necessariamente ocupados por servidores de carreira, que tenham cargo efetivo.
- (B) podem ser criados para atividades burocráticas, técnicas e operacionais da Administração.
- (C) conferem a seus ocupantes, que não tenham realizado concurso público, a garantia da estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
- (D) não podem ser em número superior ao dos cargos efetivos do ente federativo que os criar.
- (E) podem ser criados por Decreto, que não precisa pormenorizar as atribuições que serão exercidas pelos respectivos agentes.

**38**

Após distinguir as peculiaridades atinentes as situações em que a licitação é inexigível e aquelas em que tal procedimento é dispensável, Daniel foi instado a dar um exemplo dessa última hipótese de contratação direta, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, e indicou corretamente a

- (A) contratação de objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
- (B) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
- (C) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- (D) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- (E) contratação de bens ou serviços que tenham por objeto bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.

**39**

A Constituição da República de 1988 estabelece que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto a aspectos expressamente mencionados no texto do Art. 70, no que concerne à aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Entre os aludidos aspectos textualmente indicados no mencionado dispositivo, é correto apontar

- (A) a transparência.
- (B) a efetividade.
- (C) a legitimidade.
- (D) a eficiência.
- (E) a juridicidade.

**40**

Ao analisar o disposto na Lei nº 12.527/2011, Meire verificou a delimitação de alguns conceitos, notadamente em relação à qualidade da informação, que são relevantes na aplicação da matéria, entre os quais os seguintes:

- I. qualidade da informação não modificada, inclusive quanto à origem, trânsito e destino;
- II. qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados;
- III. qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.

Assinale a opção que indica a pertinente correlação.

- (A) I. integridade; II. disponibilidade; III. autenticidade;
- (B) I. primariedade; II. autenticidade; III. integridade;
- (C) I. autenticidade; II. primariedade; III. integridade;
- (D) I. disponibilidade; II. autenticidade; III. integridade;
- (E) I. primariedade; II. integridade; III. disponibilidade.

## Administração Pública, gestão e fiscalização de contratos

41

Na população de determinado município sobressaíram discussões quanto à necessidade do incremento da economia local, mais propriamente dos microempreendedores. Após análises e discussões com os diferentes atores públicos, a Administração Pública decidiu implementar política de concessão de crédito mediante agência pública de fomento a ser criada. Para isso foi realizado planejamento inicial e apresentada proposição legislativa junto ao parlamento local para criação da agência, previsão orçamentária e autorização da instituição das linhas de crédito.

A situação apresentada se refere à seguinte etapa do ciclo das políticas públicas:

- (A) predefinição do problema público.
- (B) formação da agenda pública.
- (C) elaboração da política pública.
- (D) formulação da política pública.
- (E) implementação da política pública.

42

Avalie se as seguintes afirmativas a seguir, contidas no Planejamento Estratégico do TCE-PA, correspondem a um valor institucional, à missão da organização ou à visão da organização.

- I. Ser instituição de referência no controle externo e contribuir para o aperfeiçoamento da administração pública.
- II. Primar pela divulgação clara e acessível dos seus atos e dos decorrentes de sua missão.
- III. Exercer o controle externo da gestão de recursos públicos estaduais em benefício da sociedade.
- IV. Atuar com liberdade, imparcialidade e autonomia.

As afirmativas referem-se, respectivamente, a

- (A) valor, visão, missão e valor.
- (B) visão, missão, valor e valor.
- (C) visão, visão, missão e missão.
- (D) missão, visão, valor e visão.
- (E) visão, valor, missão e valor.

43

As opções a seguir apresentam objetivos do governo eletrônico, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Inclusão digital.
- (B) Modernizar a máquina pública.
- (C) Reduzir custos e melhorar a eficiência da administração pública no que se refere aos seus processos internos.
- (D) Aumentar a transparência, o controle social e a *accountability*.
- (E) Fomento econômico do setor de tecnologia da informação.

44

*Os teóricos da denominada Reforma do Estado incluíram as organizações sociais no que denominam terceiro setor, aquele que é composto por entidades da sociedade civil que exercem atividades de interesse público e não lucrativas. O terceiro setor coexiste com o primeiro setor, que é o Estado, e o segundo, que é o mercado. Na realidade ele caracteriza-se por prestar atividade de interesse público, por iniciativa privada, sem fins lucrativos; precisamente pelo interesse público da atividade, o Estado tem interesse em fazer parceria com as mesmas, dentro da atividade de fomento; para essa parceria, as entidades têm que atender a determinados requisitos impostos por lei e que variam de um caso para outro; uma vez preenchidos os requisitos, a entidade recebe um título, como o de utilidade pública ou o certificado de fins filantrópicos (hoje denominado de certificado da entidade beneficente de assistência social). As entidades do terceiro setor sempre existiram e tradicionalmente formalizavam a parceria com o poder público por meio de convênio; com as Leis números 9.637, de 15-5-1998 (sobre organizações sociais), e 9.790, de 23-9-1999 (sobre Oscips), os instrumentos de parceria idealizados foram respectivamente, o contrato de gestão e o termo de parceria, que se somaram ao tradicional convênio.*

(DI PIETRO, 2022, pág. 334. Adaptado.)

Em relação às Organizações Sociais e às Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A celebração do contrato de gestão deve ser conduzida de forma pública, objetiva e impessoal, com observância dos princípios do *caput* do Art. 37 da Constituição Federal de 1988.
- (B) A execução do objeto do Termo de Parceria firmado com OSCIP será acompanhada e fiscalizada por órgão do Poder Público da área de atuação correspondente à atividade fomentada, e pelos Conselhos de Políticas Públicas das áreas correspondentes de atuação existentes, em cada nível de governo.
- (C) Os resultados atingidos com a execução do Termo de Parceria devem ser analisados por comissão de avaliação, composta de comum acordo entre o órgão parceiro e a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.
- (D) Os responsáveis pela fiscalização da execução do contrato de gestão, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade na utilização de recursos ou bens de origem pública por organização social, dela darão ciência ao respectivo Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (E) Havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública por Organização Social, os responsáveis pela fiscalização representarão ao Ministério Público ou à Procuradoria da entidade para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens dos seus dirigentes.

45

“Para além de promover o interesse público, essa diretriz demonstra a importância da antecipação das necessidades da sociedade e da superação das limitações orçamentárias – especialmente a partir de práticas inovadoras. A ideia de que a atuação pública deve se pautar pela busca de soluções integradas, inovadoras e personalizadas já se tornou uma premissa em diversos países do mundo, que reconhecem e tentam lidar com demandas cada vez mais complexas por parte de quem financia o Estado”.

(BRASIL, GPGP, 2018)

O trecho acima foi retirado do Guia da Política de Governança Pública, elaborado pelo Governo Federal.

Assinale o princípio de governança que corresponde ao preceito contido no excerto.

- (A) *Accountability*.
- (B) Efetividade.
- (C) Capacidade de resposta.
- (D) Integridade.
- (E) Participação social.

46

Conforme definição da Transparência Internacional, corrupção é o abuso do poder confiado para ganhos privados.

As opções a seguir apresentam condutas que fazem parte do gênero corrupção, **com exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Concussão, peculato e elisão fiscal.
- (B) Crimes de responsabilidade, tráfico de influência e advocacia administrativa.
- (C) Condescendência criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e violação de sigilo funcional.
- (D) Prevaricação, facilitação de contrabando ou descaminho, emprego irregular de verbas ou rendas públicas.
- (E) Peculato, Prevaricação e condescendência criminosa

47

Caso determinado contratado cometa infração punível com a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração, a aplicação de tal sanção requer a instauração de processo de responsabilização delimitado pela Lei nº 14.133/2021.

Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) tal processo será conduzido por comissão composta por, no mínimo, 3 (três) servidores estáveis.
- (B) não haverá oportunidade para o licitante ou contratado apresentar alegações finais no mencionado processo, ainda que haja o deferimento de produção de novas provas.
- (C) se o órgão ou entidade não tiver servidores estatutários em seu quadro funcional, a Comissão responsável pela condução do mencionado processo deverá ser composta por ocupantes de cargo em comissão.
- (D) serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas, com relação ao processo em análise.
- (E) o contratado terá o prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data da intimação, para apresentar defesa técnica e especificar as provas que pretenda produzir, no processo em questão.

48

Entre os conceitos delimitados na Lei nº 14.133/2021, existe aquele que se refere à peça técnica com todos os subsídios necessários à elaboração do projeto básico, que deve conter, no mínimo, os elementos elencados na mencionada norma, dentre os quais, a demonstração e justificativa do programa de necessidades, avaliação de demanda do público-alvo, motivação técnico-econômico-social do empreendimento, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado.

O texto refere-se ao

- (A) anteprojeto.
- (B) projeto referido.
- (C) projeto embrionário.
- (D) projeto executivo.
- (E) projeto de implementação.

49

Ao acompanhar a execução de determinado contrato administrativo, Alice verificou que a Administração Pública não efetuou o pagamento devido, com relação a determinado contrato de prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, devidamente formalizado e regularmente cumprido pelo contratado, razão pela qual decidiu analisar os efeitos do inadimplemento pelo Poder Público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Diante dessa situação hipotética, à luz da legislação em comento, Alice verificou corretamente que o atraso superior a determinado período, contado da emissão da nota fiscal, confere ao contratado o direito à extinção do contrato, sendo correto afirmar que tal prazo é de

- (A) 10 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 45 dias.
- (D) 1 mês.
- (E) 2 meses.

50

Com relação à execução do contrato, o papel do fiscalizador do contrato e o registro e notificação de irregularidades, à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) O contratado não poderá manter preposto no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- (B) É possível nomear o agente da contratação dentre os fiscais do contrato, independentemente dos riscos envolvidos no exercício de tais atribuições.
- (C) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- (D) A administração tem o dever de nomear no mínimo dois fiscais para acompanhar a execução dos contratos, que constituirão a Comissão designada para tal finalidade.
- (E) O fiscal do contrato tem o dever de anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e adotar as providências pertinentes, ainda que ultrapassem a sua competência.

## Controle Externo

**Atenção: para resolução das questões seguintes, considere:**

- RITCE-PA: Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- LOTCE-PA: Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Pará.
- EFS: Entidades Fiscalizadoras Superiores.

**51**

Na Declaração de Lima (ISSAI 1) são estabelecidos poderes de auditoria (EFS).

Tendo por base essa norma, avalie se as seguintes afirmativas acerca de tais poderes estão corretas.

- I. Os poderes básicos de auditoria das Entidades Fiscalizadoras Superiores deverão estar previstos na Constituição, não se admitindo o seu detalhamento na legislação ordinária.
- II. Ao auditarem instituições públicas estabelecidas no exterior, restrições previstas no direito internacional serão consideradas; quando justificado, essas limitações deverão ser superadas por deliberação da EFS.
- III. Todas as operações financeiras públicas, a despeito de estarem ou não refletidas no orçamento nacional, ficarão sujeitas a auditoria por parte de Entidades Fiscalizadoras Superiores. A exclusão de partes da gestão financeira do orçamento público não isentará essas partes da auditoria da Entidade Fiscalizadora Superior.
- IV. As Entidades Fiscalizadoras Superiores terão poderes para auditar a cobrança de impostos da forma mais extensa possível e de examinar arquivos fiscais individuais.

Estão corretas as afirmativas

- (A) III e IV, somente.
- (B) I, II e IV, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, II e III, somente.
- (E) II, III e IV, somente.

**52**

Um dos grandes debates doutrinários se relaciona às objeções dirigidas contra a ideia de jurisdição de contas:

*A oposição que se faz à jurisdição de contas, ou seja, aquela realizada no âmbito da atividade processual do Tribunal de Contas, diz respeito à jurisdição uma. Outros elementos compõem o espectro de oposições, porém, encontram-se conectados a esta principal objeção.*

(HOEMKE, Hamilton Hobus. Tribunal de Contas-Direito Processual de Contas: jurisdição, provas e partes. Conceito Editorial, 2015, p. 56)

Os argumentos a favor do reconhecimento da função jurisdicional na atividade processual dos Tribunais de Contas se fundam em sua função constitucional de

- (A) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- (B) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- (C) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- (D) julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público.
- (E) executar, diretamente, as multas e débitos imputados pela Corte de Contas.

**53**

*O TCU tem sede no Distrito Federal e compõe-se de nove ministros, nomeados pelo Presidente da República, dentre os quais um terço, mediante aprovação do Senado Federal, e dois terços indicados pelo Congresso Nacional.*

(...)

*Junto ao Tribunal, funciona um Ministério Público especializado, composto por um Procurador-Geral, três Subprocuradores-gerais e quatro Procuradores.*

(ZIMLER, Benjamin. Direito Administrativo e Controle. Ed. Fórum, p. 171)

Sobre o Ministério Público especializado a que se refere o texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Possui autonomia financeira e administrativa.
- (B) Possui personalidade judiciária, inclusive para propor ações de inconstitucionalidade perante os Tribunais Superiores.
- (C) Possui autonomia para gerir e prover seus recursos humanos, inclusive quanto ao pessoal de apoio administrativo.
- (D) Ao Ministério Público junto ao TCU se aplicam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional.
- (E) Poderá ajuizar a ação civil pública e outras ações de tutela coletiva perante o Tribunal de Contas da União.

**54**

O Engenheiro João foi eleito prefeito de um município sob jurisdição de Tribunal de Contas do Estado do Alfa. Ao iniciar seu mandato, João assumiu a função de ordenador de despesas da Secretaria de Obras.

Ao fim do seu primeiro ano de mandato, encaminhou ao Tribunal de Contas toda a documentação exigida para prestação de contas da Secretaria referente ao respectivo exercício financeiro. No entanto, o Tribunal verificou graves irregularidades na gestão da Secretaria de Obras e a prática de atos antieconômicos que resultaram em danos ao erário.

Considerando a situação hipotética e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmativa correta quanto ao processamento e julgamento das contas de João no Tribunal de Contas Estadual (TCE).

- (A) O TCE poderá aplicar multa e imputar débito a João, mas essa medida depende da rejeição das contas pelo Poder Legislativo.
- (B) O TCE deverá elaborar parecer prévio e submetê-lo à apreciação do legislativo municipal que somente o rejeitará por decisão de 2/3 de seus membros.
- (C) O TCE deverá julgar diretamente as contas de João como irregulares, aplicando-lhe as penalidades cabíveis.
- (D) O Tribunal poderá determinar o afastamento temporário de João do seu cargo de Secretário e de Prefeito, até que seja proferida a decisão de mérito.
- (E) O Tribunal deverá sobrestar o julgamento e considerar as contas ilíquidáveis, tendo em vista a impossibilidade de julgamento.

**55**

João, José e Maria são Conselheiros do Tribunal de Contas do Pará.

João, graduado em matemática e direito, é professor da rede de ensino fundamental de um município paraense.

José é formado em medicina e atua como profissional liberal no exercício dessa profissão, mantendo um consultório no centro da capital paraense.

Maria mantém-se operante e dedicada à atividade político-partidária, apesar de ter se desfilado do partido que integrava ao ser escolhida pelo parlamento estadual para o cargo de Conselheira do TCE.

Considerando os fatos narrados na situação hipotética e tendo em vista as vedações previstas no RITCE-PA, é correto afirmar que

- (A) as condutas de João e Maria são vedadas; a de José é permitida, tendo em vista que não há vedação ao exercício de atividade privada.
- (B) as condutas de João, José e Maria são vedadas; João pode acumular seu cargo de conselheiro somente com o de professor universitário.
- (C) as condutas de João, José e Maria são permitidas pelo RITCE-PA.
- (D) a conduta de João é permitida, vez que é possível acumular o cargo de Conselheiro com outro cargo de professor; já as de José e Maria são vedadas pelo RITCE-PA.
- (E) a conduta de José é permitida, pois os dois cargos, de Conselheiro e de médico, são considerados de natureza técnica; as de João e Maria são vedadas pelo RITCE-PA.

**56**

Uma pessoa jurídica devidamente identificada apresentou uma denúncia ao TCE-PA em que indicava graves irregularidades na execução de um contrato de obras públicas firmado entre um órgão jurisdicionado ao Tribunal e a empresa XPTO Ltda.

No entanto, restaram algumas dúvidas quanto aos fatos apontados. O Relator também considerou a necessidade de apurar a legalidade dos fatos e do objeto da denúncia apresentada.

Para a adoção dessas medidas, o RITCE-PA permite o uso do instrumento de fiscalização denominado

- (A) Auditoria de Conformidade.
- (B) Inspeção.
- (C) Levantamento.
- (D) Auditoria Operacional.
- (E) Monitoramento.

**57**

Ao realizar uma fiscalização de contas em um órgão de estadual jurisdicionado ao TCE-PA, a equipe de auditoria evidenciou a prática de atos danosos ao erário.

No mesmo processo, apurou-se os fatos e atos que resultaram no dano quantificado em R\$ 550 mil, bem como o nexo de causalidade entre as condutas dos responsáveis e o dano apurado, sendo-lhes imputado o débito naquele valor após julgamento em que lhes fora assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Nessa hipótese e considerando as disposições da LOTCE-PA, o Tribunal poderá aplicar aos responsáveis a sanção de:

- (A) Multa de até R\$ 550 mil independentemente do ressarcimento.
- (B) Demissão dos agentes públicos envolvidos, caso sejam ocupantes de cargos efetivos.
- (C) Multa de até 14.000 (quatorze mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará
- (D) Declaração da irregularidade das contas pela prática de ato antieconômico.
- (E) Indisponibilidade dos bens e multa de até 14.000 (quatorze mil) vezes a Unidade Padrão Fiscal do Estado do Pará.

58

*A finalidade dos processos de contas é a de possibilitar a verificação regular da aplicação dos recursos, à luz dos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.*

(LIMA, Luiz Henrique. Controle Externo. Ed. Elsevier, 2013, p. 259)

Em benefício dos referidos princípios, os processos de Contas no TCE-PA possuem regramento específico quanto ao seu encaminhamento, formação, instrução e julgamento.

Considerando as disposições do RITCE-PA quanto a essa temática, analise as afirmativas a seguir:

- I. Os processos de prestação de contas serão instruídos preliminarmente com o Parecer do Ministério Público de Contas.
- II. O prazo para instrução processual das prestações de contas é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data da distribuição.
- III. Após a instrução preliminar dos processos de prestação de contas com o relatório do Departamento de Controle Externo, admite-se o recebimento de novos documentos apresentados por ocasião da sustentação oral.
- IV. As diligências serão determinadas pelo Relator ou pelo Diretor do Departamento de Controle Externo, conforme o caso.

Estão corretos os procedimentos indicados nos itens:

- (A) I, II, e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) II, III e IV, apenas.

59

O órgão de auditoria interna da Secretaria de Estado de Saúde do Pará identificou desfalques na gestão de medicamentos que resultaram em danos da ordem de R\$80.000,00 ao erário.

Imediatamente, a auditoria interna oficiou a autoridade administrativa competente, que instaurou sindicância para apurar os fatos e, após quarenta dias, confirmou que:

- a) O dano apurado fora de R\$84.000,00.
- b) Os atos danosos não decorreram de conduta dolosa dos servidores envolvidos.

No mesmo prazo, a autoridade administrativa obteve o ressarcimento integral do dano.

Considerando as normas do RITCE-PA aplicáveis à situação hipotética, assinale a opção que apresenta a medida a ser adotada pela autoridade administrativa da Secretaria de Saúde.

- (A) Instaurar tomada de contas especial e encaminhar o processo ao TCE-PA no prazo de 120 dias.
- (B) Anular o processo de sindicância em razão de inobservância do prazo de 30 (trinta) dias para sua conclusão e determinar a instauração de tomada de contas especial.
- (C) Converter o processo de sindicância em tomada de contas especial e, independentemente dos valores envolvidos, encaminhar o resultado da apuração ao TCE-PA para julgamento.
- (D) Arquivar o processo, pois não há mais necessidade de instauração de tomada de contas e nem de seu encaminhamento ao TCE-PA.
- (E) Encaminhar os autos ao Ministério Público de Contas junto ao TCE-PA para adoção das medidas necessárias à ação de improbidade administrativa a ser processada pela Corte de Contas.

60

José, diretor de uma fundação pública de um órgão estadual jurisdicionado ao TCE-PA, praticou ato ilegítimo e antieconômico do qual não resultou danos ao erário, razão pela qual o Tribunal julgou as suas contas regulares com ressalva, lhe impondo o cumprimento de determinações para execução de medidas necessárias à correção das faltas identificadas e lhe aplicando multa no valor de 5.000 (cinco mil) Unidades Padrão Fiscal do Estado do Pará.

Nessa situação, o Tribunal deverá conferir a José certificado de quitação

- (A) plena do responsável para com o erário estadual
- (B) condicionado ao atendimento de medidas necessárias à correção das impropriedades ou faltas identificadas
- (C) somente após a comprovação do pagamento integral da multa imposta, alertando-o de que a reincidência poderá acarretar a irregularidade das contas subsequentes.
- (D) plena do responsável condicionada ao cumprimento das determinações.
- (E) somente após o cumprimento das determinações.

## Módulo III – Conhecimentos Específicos Avançados

61

Modelos de aprendizagem de máquina são, em geral, avaliados com métricas que indicam os quão poderosos e relevantes eles são.

Entre exemplos de métricas de avaliação utilizadas para modelos de classificação binária, são citados:

- taxa de precisão (razão entre verdadeiros positivos e o total dos verdadeiros positivos e falsos positivos);
- taxa de sensibilidade (razão entre verdadeiros positivos e o total dos verdadeiros positivos e falsos negativos, também conhecida por recall); e
- escore F1 (F1-score, também chamado de *F-measure*), que relaciona as taxas de precisão e de sensibilidade.

Suponha a existência de um modelo de classificação binária cuja taxa de precisão é de 90,00% e cuja taxa de sensibilidade é de 75,00%. Utilize aproximação de duas casas decimais. O escore F1 referente a esse modelo é

- (A) 41,42%.
- (B) 81,82%.
- (C) 82,15%.
- (D) 82,50%.
- (E) 82,84%.

62

A descoberta de conhecimento em base de dados é caracterizada como um processo composto por várias etapas operacionais: o pré-processamento, a mineração de dados e o pós-processamento.

Das tarefas listadas a seguir, assinale a que pertence a etapa de mineração de dados.

- (A) seleção de dados (ou redução de dados).
- (B) limpeza de dados.
- (C) codificação de dados.
- (D) descoberta de associações.
- (E) enriquecimento de dados.



63

Com relação aos conceitos de dado, informação e conhecimento, avalie as afirmativas a seguir:

- I. Os dados são itens elementares, são cadeias de símbolos e não possuem significado.
- II. São exemplos de conhecimento: tendência de vendas de um produto A em uma região B; relação entre o aumento ou queda do preço de uma ação X, na bolsa de valores, e a variação do câmbio.
- III. As informações correspondem ao dado processado, com significado e um contexto indefinido.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) I, II e III.

64

Considere o Sistema de Concursos de uma empresa hipotética que adota um Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGDB) relacional.

A primeira tabela construída no banco foi Tabela\_Candidato, que possui os seguintes campos:

*candidato\_ID;*  
*candidato\_Nome;*  
*candidato\_CPF.*

A segunda tabela construída foi a Tabela\_Concurso, que possui os seguintes campos:

*concurso\_ID;*  
*candidato\_ID;*  
*concurso\_Nome;*  
*concurso\_Cargo.*

No contexto dos bancos de dados relacionais, é correto afirmar que

- (A) o campo *candidato\_ID* é uma chave estrangeira na Tabela\_Candidato.
- (B) o campo *candidato\_ID* é uma chave primária na Tabela\_Concurso.
- (C) a Tabela\_Candidato está incompleta, haja vista que não possui informação do concurso que o candidato pode fazer.
- (D) da forma como o banco de dados foi concebido, só é possível lançar um concurso por candidato.
- (E) a inserção da chave estrangeira *candidato\_ID* na tabela Tabela\_Concurso permite o lançamento de um candidato em vários concursos.

65

De acordo com a Lei nº 12.527, de 2011, que trata do Acesso à informação, as informações são classificadas de acordo com o grau de sigilo.

Nesse contexto, as informações relativas ao Chefes de Missões Diplomáticas são classificadas como

- (A) ostensivas.
- (B) secretas.
- (C) reservadas.
- (D) ultrassecretas.
- (E) públicas.

66

A política econômica do governo Geisel (1974-1979) foi caracterizada por um esforço de continuidade do crescimento econômico iniciado no período do “milagre econômico”.

As opções a seguir apresentam características dessa política econômica, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A expansão do setor estatal por meio de investimentos em infraestrutura e energia.
- (B) O aumento das importações de bens de capital para modernizar a indústria nacional.
- (C) O estabelecimento do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) visando à diversificação industrial.
- (D) A adoção de políticas de austeridade fiscal e controle rigoroso da inflação.
- (E) A busca por financiamento externo para sustentar os investimentos planejados.

67

A crise dos anos 1980 foi marcada por uma elevada inflação e por diversas tentativas de estabilização econômica. No governo Sarney (1985-1990), uma das principais tentativas de combate à inflação foi o Plano Cruzado.

Das ações a seguir, assinale a que **não** foi uma característica do Plano Cruzado.

- (A) Congelamento de preços e salários.
- (B) Substituição do cruzeiro pelo cruzado como moeda nacional.
- (C) Criação do gatilho salarial para reajustar automaticamente os salários com a inflação.
- (D) Liberalização das importações para aumentar a concorrência interna.
- (E) Controle rigoroso da emissão monetária para reduzir a base inflacionária.

68

As reformas estruturais da década de 1990 no Brasil foram marcadas por medidas de abertura econômica, privatizações e reforma do Estado. Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), uma das principais ações foi a privatização de empresas estatais.

As opções a seguir apresentam ações características desse período, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Privatização de empresas do setor de telecomunicações.
- (B) Abertura do mercado brasileiro ao comércio exterior, reduzindo barreiras tarifárias.
- (C) Manutenção do controle estatal sobre todas as empresas do setor de energia elétrica.
- (D) Implementação de medidas de reformas administrativa e previdenciária.
- (E) Criação de agências reguladoras para supervisionar os setores privatizados.

69

A economia brasileira no primeiro mandato do governo Lula (2003-2006) enfrentou diversos desafios e alcançou conquistas importantes.

Das ações a seguir, uma que foi uma característica marcante desse período foi

- (A) a implementação de um rígido controle de preços para combater a inflação.
- (B) a adoção de uma política fiscal expansionista, aumentando significativamente o déficit público.
- (C) a criação do programa Bolsa Família, que unificou e expandiu programas de transferência de renda.
- (D) a privatização de grandes empresas estatais para atrair investimento estrangeiro.
- (E) a manutenção de uma taxa de câmbio fixa para estabilizar a moeda.

70

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), promulgada em 2000, teve um impacto significativo nas finanças públicas dos governos federais, estaduais e municipais.

Sobre o contexto e os impactos da LRF, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) A LRF estabeleceu limites para os gastos com pessoal nos três níveis de governo, promovendo maior controle sobre as despesas correntes.
- ( ) A LRF impôs a necessidade de apresentação de relatórios periódicos de gestão fiscal, aumentando a transparência e a responsabilidade na administração pública.
- ( ) A LRF permitiu que os estados e municípios contraíssem novas dívidas sem restrições, desde que destinadas a investimentos em infraestrutura.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – F.
- (D) F – F – V.
- (E) F – V – F.

71

A partir de 1995, a distribuição de renda e a pobreza no Brasil passaram por diversas mudanças devido a políticas econômicas e sociais implementadas pelos governos.

Avalie se as seguintes afirmativas sobre as causas e consequências da evolução da distribuição de renda e da pobreza no Brasil entre 1995 e 2010 são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- ( ) A estabilização econômica promovida pelo Plano Real contribuiu para a redução da pobreza ao controlar a inflação e melhorar o poder de compra da população.
- ( ) A implementação de programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, teve um impacto significativo na redução da pobreza e da desigualdade de renda durante esse período.
- ( ) A alta taxa de crescimento econômico ao longo de todo o período foi um fator importante para a melhoria na distribuição de renda e redução da pobreza.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – V – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – F – F.

72

Em relação à classificação das Receitas e Despesas Públicas, segundo o Manual Técnico do Orçamento, assinale a afirmativa correta.

- (A) As despesas correntes são destinadas ao custeio das atividades administrativas e operacionais do governo.
- (B) As receitas de capital incluem alienação de bens, amortização de empréstimos concedidos e transferências correntes.
- (C) As receitas correntes são provenientes impostos, contribuições, serviços e transferências em geral.
- (D) As despesas de capital englobam investimentos, inversões financeiras, amortização da dívida e encargos sociais.
- (E) O exercício financeiro no Brasil não coincide com o ano civil, tendo início em 1º de julho e término em 30 de junho do ano seguinte.

73

Em relação à elaboração do orçamento público e à proposta orçamentária, é correto afirmar que

- (A) a proposta orçamentária deve ser enviada ao Congresso Nacional até 30 de agosto de cada ano.
- (B) a elaboração do orçamento público é de responsabilidade exclusiva dos Poderes Executivo e Legislativo, sem necessidade de participação dos demais poderes.
- (C) o orçamento público é elaborado a partir de um exercício financeiro que se inicia em 1º de julho e termina em 30 de junho do ano seguinte.
- (D) a proposta orçamentária inclui apenas as previsões de receitas e não considera as despesas públicas.
- (E) o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) deve ser submetido ao Poder Legislativo e aprovado por lei específica.

74

Em relação à execução do orçamento público e às fases da execução orçamentária e financeira, é **incorreto** afirmar que

- (A) o empenho é a fase em que se reserva a dotação orçamentária para um fim específico, garantindo a disponibilidade de recursos para a realização da despesa.
- (B) a liquidação é a fase em que se verifica o direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- (C) o pagamento é a fase em que o governo realiza o desembolso financeiro para quitar a obrigação contraída e liquidada.
- (D) restos a pagar são despesas empenhadas, mas não pagas até o final do exercício financeiro, a serem pagas no exercício seguinte.
- (E) despesas de exercícios anteriores são aquelas que foram empenhadas em um exercício financeiro, mas que foram reconhecidas e pagas necessariamente no exercício seguinte.

75

Leia o fragmento a seguir.

A \_\_\_\_\_ compreende os recursos centralizados pelo governo federal para a gestão da arrecadação e dos pagamentos públicos, permitindo melhor controle sobre a programação financeira e execução orçamentária, incluindo \_\_\_\_\_ de créditos e \_\_\_\_\_ de despesas quando necessário.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) Conta Única do Tesouro Nacional – descentralização – limites.
- (B) Conta Única do Tesouro Nacional – limites – contingenciamentos.
- (C) Programação financeira – descentralização – contingenciamentos.
- (D) Programação financeira – Conta Única – programação financeira.
- (E) Programação financeira – limites – descentralização.

76

Leia o fragmento a seguir.

A \_\_\_\_\_ é uma forma de concessão de benefícios fiscais, como isenções, reduções de alíquotas ou créditos presumidos, que resultam em uma diminuição da arrecadação prevista, devendo ser acompanhada de uma \_\_\_\_\_ indicando as medidas de compensação para evitar impactos negativos no equilíbrio orçamentário e financeiro, conforme estabelecido pela \_\_\_\_\_.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) renúncia de receitas – justificativa técnica – Constituição Federal.
- (B) renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário – Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- (C) renúncia de receitas – estimativa de impacto orçamentário – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (D) subvenção econômica – análise de viabilidade – Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (E) isenção fiscal – declaração de objetivos – Plano Plurianual.

77

O modelo orçamentário brasileiro é definido na Constituição Federal de 1988 do Brasil. Compõe-se de três instrumentos: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA.

Art. 165. da Lei de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

- I. o plano plurianual;
- II. as diretrizes orçamentárias;
- III. os orçamentos anuais.

Fonte: Câmara dos Deputados. ORÇAMENTO DA UNIÃO. <https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/planejamento>.

Relacione cada instrumento com sua respectiva característica:

- 1. PPA.
- 2. LDO.
- 3. LOA.
- ( ) Tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas de médio prazo da administração pública.
- ( ) Seu papel é ajustar as ações de governo às reais possibilidades de caixa do Tesouro Nacional e selecionar dentre os programas previamente definidos aqueles que terão prioridade na execução do orçamento.
- ( ) Permite avaliar as fontes de recursos públicos no universo dos contribuintes e, também, quem são os beneficiários desses recursos.
- ( ) É a peça de mais alta hierarquia dentre a tríade orçamentária, embora esta seja somente constituída de leis ordinárias.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 1.
- (B) 1 – 2 – 3 – 3.
- (C) 1 – 3 – 2 – 2.
- (D) 2 – 3 – 1 – 1.
- (E) 3 – 2 – 1 – 2.

78

O Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formado por um conjunto de entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, isto é, o encontro entre credores e tomadores de recursos. É por meio do sistema financeiro que as pessoas, as empresas e o governo circulam a maior parte dos seus ativos, pagam suas dívidas e realizam seus investimentos.

Fonte: BCB. Sistema Financeiro Nacional (SFN). <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>.

O SFN é organizado por agentes normativos, supervisores e operadores. Uma característica dos órgãos normativos é que

- (A) determinam regras gerais para o bom funcionamento do sistema.
- (B) trabalham para que os integrantes do sistema financeiro sigam as regras definidas.
- (C) ofertam serviços financeiros, no papel de intermediários.
- (D) o Conselho Monetário Nacional atua tanto no ramo de moeda e crédito como no de seguros.
- (E) o Banco Central do Brasil é um exemplo desse tipo de órgão.

79

Um investidor está avaliando dois projetos de investimento, Projeto A e Projeto B, ambos com uma vida útil de 3 anos.

Os fluxos de caixa esperados dos projetos são os seguintes:

Ano	Projeto A	Projeto B
0	-\$10.000	-\$10.000
1	\$4.000	\$2.000
2	\$4.000	\$5.000
3	\$4.000	\$8.000

O custo de capital (taxa de desconto) para ambos os projetos é de 10% ao ano.

Calcule o Valor Presente Líquido (VPL) de cada projeto e determine qual projeto o investidor deve escolher com base nesse critério. Nesse caso, assinale a opção correta.

- (A) O investidor deve escolher o Projeto A, pois tem um VPL maior.
- (B) O investidor deve escolher o Projeto B, pois tem um VPL maior.
- (C) O investidor deve escolher ambos os projetos, pois têm o mesmo VPL.
- (D) O investidor não deve escolher nenhum dos projetos, pois ambos têm VPL negativo.
- (E) Não é possível calcular o VPL com os dados fornecidos.

80

Sobre os diferentes tipos de títulos financeiros, avalie as seguintes afirmativas:

- I. As ações ordinárias conferem ao seu titular o direito de voto nas assembleias gerais da empresa, além da participação nos lucros distribuídos.
- II. Os títulos do Tesouro, como as Letras do Tesouro Nacional (LTN) e as Notas do Tesouro Nacional (NTN), são instrumentos de dívida pública emitidos pelo governo para financiar suas atividades.
- III. Os instrumentos derivativos, como opções e futuros, são utilizados exclusivamente para a negociação de ações ordinárias e preferenciais, commodities e moedas no mercado financeiro.
- IV. Os títulos privados de renda fixa, como debêntures, são emitidos por empresas para captar recursos diretamente do mercado, oferecendo uma remuneração fixa ao investidor.

Estão corretas as afirmativas

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

81

Relacione cada conceito de mercados financeiros apresentado a seguir com sua respectiva característica:

1. Índice de Mercado
  2. Tipo de Ordem
  3. Margem
  4. Bolsa de Valores
- ( ) É essencial para operações que utilizam alavancagem, permitindo que os investidores controlem uma quantidade maior de ativos do que poderiam comprar diretamente, e pode variar conforme a volatilidade do ativo subjacente.
  - ( ) Representa o desempenho de um conjunto específico de ativos financeiros, selecionados conforme determinados critérios, e são utilizados como *benchmarks* para fundos de investimento e gestores de carteira.
  - ( ) Pode incluir restrições de preço que garantem que a execução não ocorra além do preço especificado, e é vital para a gestão de riscos em mercados voláteis.
  - ( ) Ambiente regulado que facilita a captação de recursos pelas empresas, promovendo liquidez e transparência, além de oferecer serviços como *clearing* e *settlement* para garantir a execução e liquidação das transações.
  - ( ) Envolve estratégias que consideram a dinâmica do mercado para otimizar as transações, utilizando tecnologia avançada para minimizar os custos e maximizar a eficiência.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- (A) 1 – 2 – 3 – 4 – 2.
- (B) 2 – 1 – 3 – 4 – 3.
- (C) 3 – 1 – 4 – 2 – 2.
- (D) 3 – 1 – 2 – 4 – 2.
- (E) 4 – 2 – 3 – 1 – 4.

82

As seguintes afirmações sobre a estrutura a termo da taxa de juros estão corretas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) *Teoria das Expectativas Puras*: sugere que as taxas de juros a termo sejam determinadas exclusivamente pelas expectativas dos investidores sobre as taxas de juros futuras.
- (B) *Teoria da Preferência pela Liquidez*: afirma que os investidores exigem um prêmio de risco por deterem títulos de longo prazo, o que faz com que a curva de rendimentos normalmente seja ascendente.
- (C) *Teoria do Habitat Preferido*: propõe que os investidores têm preferências específicas por certas maturidades de títulos e exigem prêmios para se desviar de suas preferências habituais.
- (D) *Teoria da Segmentação do Mercado*: argumenta que as taxas de juros para diferentes maturidades são determinadas independentemente em mercados distintos, sem influências cruzadas entre prazos.
- (E) *Teoria da Estrutura Inversa*: afirma que a curva de rendimentos será sempre decrescente em um mercado eficiente, refletindo um aumento constante nas expectativas de taxa de juros futura.

83

Um investidor está considerando dois títulos de renda fixa. As características dos títulos são as seguintes:

Título A: Paga cupons anuais e tem um valor de face de R\$ 1.000.

Título B: Paga cupons anuais e tem um valor de face de R\$ 1.000.

Os valores presentes (VP) dos fluxos de caixa para os títulos são:

**Título A**

- VP Ano 1: R\$ 50
- VP Ano 2 (incluindo o valor de face): R\$ 950

**Título B**

- VP Ano 1: R\$ 60
- VP Ano 2 (incluindo o valor de face): R\$ 940

A duração de Macaulay (em anos) dos Títulos A e B são, respectivamente,

- (A) 1,95 e 2,00.
- (B) 2,10 e 2,00.
- (C) 1,95 e 1,94.
- (D) 1,97 e 1,95.
- (E) 1,85 e 1,80.

84

Sobre os instrumentos derivativos, especificamente opções e futuros, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) Uma opção de compra (*call*) concede ao titular o direito, mas não a obrigação, de comprar um ativo subjacente a um preço predeterminado (preço de exercício) até ou na data de vencimento.
- (B) Uma opção de venda (*put*) concede ao titular o direito, mas não a obrigação, de vender um ativo subjacente a um preço predeterminado (preço de exercício) até ou na data de vencimento.
- (C) No mercado de futuros, as partes assumem a obrigação de comprar ou vender o ativo subjacente a um preço acordado na data de vencimento do contrato, sem a possibilidade de liquidação antes do vencimento.
- (D) O prêmio da opção é o preço que o comprador da opção paga ao vendedor para adquirir o direito conferido pela opção.
- (E) A avaliação de preço de um contrato de futuro pode ser feita utilizando o modelo de precificação de futuros, que considera o preço à vista do ativo subjacente ajustado pelo custo de carregamento até a data de vencimento do contrato.

85

O *Value at Risk* (VaR) é uma ferramenta importante na análise de risco de mercado para carteiras de investimentos.

Nesse sentido, o *VaR* apresenta as seguintes características, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) É uma medida de risco que estima a perda máxima potencial de uma carteira de investimentos em um horizonte de tempo específico, dado um nível de confiança.
- (B) Pode ser calculado utilizando diferentes métodos, como o método paramétrico, o método de simulação histórica e o método de simulação de Monte Carlo.
- (C) Fornece uma estimativa da frequência das perdas que excedem o valor calculado, informando ao investidor quantas vezes ele pode ultrapassar essa perda em um determinado período.
- (D) É uma ferramenta que pode ser usada tanto para ativos individuais quanto para portfólios, permitindo a avaliação do risco de mercado de forma agregada.
- (E) Embora útil, não considera a gravidade das perdas que podem ocorrer além do valor estimado, sendo complementado por outras métricas como o *Expected Shortfall* (ES).

86

Sobre as identidades macroeconômicas, avalie as seguintes afirmativas:

- I. A identidade da renda nacional em uma economia aberta diz que o Produto Interno Bruto (PIB) é igual à soma do consumo (C), investimento (I), gastos do governo (G) e exportações líquidas (X - M).
- II. A identidade do Produto Nacional Bruto (PNB) ajusta o PIB, subtraindo os pagamentos de fatores de produção externos utilizados internamente e adicionando os recebimentos do exterior por fatores de produção nacionais empregados em outros países.
- III. O Produto Interno Bruto (PIB) pode ser calculado tanto pela ótica da produção quanto pela ótica da renda e da despesa, sendo que todos devem resultar no mesmo valor.
- IV. A renda disponível das famílias é calculada como a renda nacional menos os impostos diretos pagos pelas famílias mais as transferências recebidas do governo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

87

Considere uma economia fechada sem governo, na qual a função consumo é dada por  $C = 50 + 0,5Y$  e o investimento é fixo em 100.

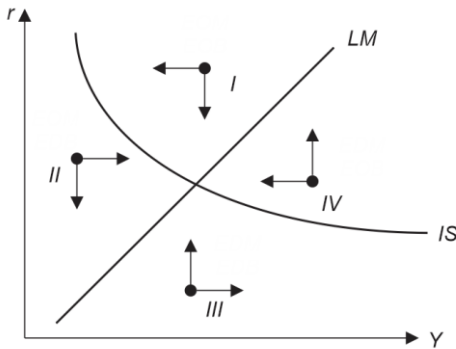
Obs.:  $Y =$  renda da economia.

O valor do multiplicador keynesiano e o novo nível de equilíbrio da renda se o investimento aumentar para 200 são iguais, respectivamente, a

- (A) 1,5 e 300.
- (B) 1,5 e 400.
- (C) 2 e 300.
- (D) 2 e 500.
- (E) 0,5 e 500.

88

Considere o gráfico a seguir, referente ao modelo IS-LM.



Fonte: Lopes e Vasconcellos. Manual de Macroeconomia. USP.

Considere as seguintes siglas:

- EOB: excesso de oferta de bens;
- EOM: excesso de oferta de moeda;
- EDB: excesso de demanda por bens;
- EDM: excesso de demanda de moeda.

Assinale a opção que indica uma correspondência correta entre essas siglas e suas respectivas regiões.

- (A) I: EOM e EOB.
- (B) I: EOM e EDB.
- (C) II: EDM e EOB.
- (D) III: EDM e EOB.
- (E) IV: EOM e EDB.

89

Considere uma economia descrita pelo modelo de crescimento de Solow com progresso tecnológico exógeno.

Suponha que a função de produção seja  $Y = K^\alpha (AL)^{1-\alpha}$ , em que  $Y$  é a produção,  $K$  é o capital,  $A$  é o nível de tecnologia,  $L$  é o trabalho e  $\alpha$  é a elasticidade do capital. Considere que inicialmente a economia está em seu estado estacionário.

Uma combinação de um aumento na taxa de poupança ( $s$ ) e uma redução na taxa de depreciação ( $\delta$ ) influencia a economia no longo prazo resultando em

- (A) aumento do nível de produção por unidade de trabalho efetivo, mas a taxa de crescimento de longo prazo da produção total não muda.
- (B) aumento do nível de produção por unidade de trabalho efetivo e da taxa de crescimento de longo prazo da produção total.
- (C) diminuição do nível de produção por unidade de trabalho efetivo, mas a taxa de crescimento de longo prazo da produção total aumenta.
- (D) nenhuma mudança no nível de produção por unidade de trabalho efetivo, mas a taxa de crescimento de longo prazo da produção total aumenta.
- (E) nenhuma mudança no nível de produção por unidade de trabalho efetivo e na taxa de crescimento de longo prazo da produção total.

90

Leia o fragmento a seguir:

*Outra importante contribuição para o entendimento da decisão de investir deve-se a James Tobin, que desenvolveu, a partir do final dos anos 60, a conhecida*

*Teoria q. Segundo essa teoria, as empresas, em suas decisões de investimento, levam em consideração a razão entre o \_\_\_\_\_, avaliado pelo \_\_\_\_\_, e o \_\_\_\_\_. Essa razão é denominada "variável q".*

Segundo a análise de Tobin, o investimento depende de  $q$  ser maior ou menor do que a unidade. Se  $q > 1$ , vale a pena investir".

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) mercado de ações – valor de mercado do capital instalado – custo de reposição do capital instalado.
- (B) custo de reposição do capital instalado – mercado de ações – valor de mercado do capital instalado.
- (C) valor de mercado do capital instalado – valor da empresa no mercado de ações – custo de reposição do capital instalado.
- (D) valor de mercado do capital instalado – mercado de ações – custo de reposição do capital instalado.
- (E) valor de mercado do capital instalado – custo de reposição do capital instalado – valor da empresa no mercado de ações.

**91**

A política monetária é um dos principais instrumentos usados pelos bancos centrais para controlar a oferta de moeda e influenciar a economia de um país. No contexto da política monetária, os agregados monetários desempenham um papel fundamental.

Assinale a opção que define corretamente um agregado monetário e apresenta sua importância na política monetária.

- (A) M0 - Representa a quantidade total de dinheiro em circulação na forma de papel-moeda e depósitos à vista, sendo o mais amplo dos agregados monetários.
- (B) M1 - Refere-se ao dinheiro físico em circulação, além dos depósitos à vista nos bancos comerciais, sendo considerado o agregado monetário mais líquido.
- (C) M2 - Inclui todos os componentes de M1, além dos depósitos de poupança, títulos públicos, e outros investimentos de longo prazo, oferecendo uma visão ampla da liquidez na economia.
- (D) M3 - Compõe-se de M1 mais depósitos a prazo, além de títulos do governo em poder do público, sendo um indicador importante da base monetária.
- (E) MB - Representa a soma de M1 e M2, além de ativos líquidos em instituições financeiras não bancárias, oferecendo uma medida mais abrangente da liquidez total na economia.

**92**

Considerando os conceitos de criação e destruição de moeda e o multiplicador dos meios de pagamento, analise as afirmativas a seguir.

- I. A base monetária é composta pelo papel-moeda em poder do público mais as reservas bancárias.
- II. O multiplicador dos meios de pagamento é inversamente proporcional à taxa de reservas obrigatórias.
- III. Uma redução nas reservas internacionais do Banco Central resulta em expansão da base monetária.
- IV. Os depósitos à vista possuem liquidez absoluta, sendo integralmente mantidos como reservas pelos bancos comerciais.
- V. A política de redesconto é utilizada pelo Banco Central para influenciar a oferta de moeda através da alteração da taxa de juros de empréstimos aos bancos comerciais.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, II e V.
- (B) II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, IV e V.

**93**

A respeito das políticas de estabilização econômica, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O regime de metas de inflação é uma estratégia em que o Banco Central ajusta a política monetária para manter a inflação em um nível pré-determinado.
- II. O déficit público refere-se ao excesso de despesas sobre receitas correntes do governo em um dado período.
- III. Senhoriação é a receita obtida pelo governo por intermédio da emissão de moeda, especialmente em contextos de alta inflação.
- IV. A indexação é um mecanismo de ajuste automático dos valores monetários, como salários e contratos, para neutralizar os efeitos da inflação.
- V. A política monetária restritiva, ao aumentar a taxa de juros, tende a diminuir a inflação ao encarecer o crédito e reduzir o consumo.

Está correto apenas o que se afirma em

- (A) I, III e V.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) I, IV e V.
- (E) III e V.

**94**

Em relação à Teoria do Consumidor, avalie as afirmativas a seguir.

- I. O consumidor busca maximizar sua utilidade, sujeita à restrição orçamentária.
- II. A curva de indiferença representa todas as combinações de bens que proporcionam ao consumidor o mesmo nível de satisfação.
- III. Em um ponto de tangência entre a linha de restrição orçamentária e a curva de indiferença, o consumidor pode encontrar a solução de maximização de utilidade, exceto em casos de soluções de canto.
- IV. O efeito substituição ocorre quando a variação no preço de um bem altera a quantidade demandada desse bem, mantendo constante o nível de utilidade.
- V. A função de utilidade ordinal mede a utilidade em termos absolutos, permitindo comparações quantitativas entre diferentes cestas de bens.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e III, apenas.
- (B) I, II, III e IV, apenas.
- (C) II, IV e V, apenas.
- (D) I, III e V, apenas.
- (E) I, II, III, IV e V.

95

Uma firma opera em um mercado perfeitamente competitivo. Sobre as decisões de produção e estratégias da firma em diferentes horizontes de tempo (curto e longo prazo), analise os seguintes cenários:

**Cenário 1:** Uma firma está operando no curto prazo e está enfrentando custos variáveis altos devido a uma inesperada elevação no preço das matérias-primas. Apesar disso, a firma ainda consegue cobrir seus custos variáveis, mas não seus custos fixos. *O que a firma deve considerar ao decidir continuar operando ou fechar temporariamente?*

**Cenário 2:** Em um cenário de longo prazo, várias firmas entram no mercado devido a lucros econômicos positivos. Com o tempo, a entrada de novas firmas afeta o preço do produto no mercado. *Qual ajuste ocorre no mercado de longo prazo e como isso impacta as decisões de saída ou permanência das firmas?*

**Cenário 3:** Uma firma inovadora descobre uma nova tecnologia que reduz significativamente os custos de produção. No curto prazo, essa firma adquire uma vantagem competitiva. *Como a difusão dessa tecnologia no mercado afeta a estrutura do mercado no longo prazo e o lucro econômico da firma?*

Assinale a opção que responde corretamente às perguntas apresentadas em cada cenário, respectivamente.

- (A) **Cenário 1:** No curto prazo, a firma deve continuar operando se a receita total cobre os custos variáveis, pois isso minimiza as perdas. **Cenário 2:** No longo prazo, a entrada de novas firmas devido aos lucros positivos reduz os preços até que os lucros econômicos sejam eliminados, resultando em lucro normal para todas as firmas. **Cenário 3:** A difusão de nova tecnologia no longo prazo reduz os custos de produção em todo o mercado, eliminando a vantagem competitiva inicial e normalizando os lucros.
- (B) **Cenário 1:** No curto prazo, a firma deve fechar temporariamente se a receita total não cobre os custos variáveis, para evitar perdas adicionais. **Cenário 2:** No longo prazo, a saída de firmas do mercado devido a prejuízos econômicos aumenta os preços, restabelecendo o equilíbrio de lucro normal. **Cenário 3:** A introdução de nova tecnologia no longo prazo cria um mercado monopolista temporário, mas eventualmente, todas as firmas adotam a tecnologia, retornando a um mercado perfeitamente competitivo com lucros normais.
- (C) **Cenário 1:** No curto prazo, a firma deve continuar operando se a receita total cobre os custos fixos, pois isso indica que está cobrindo todos os custos de produção. **Cenário 2:** No longo prazo, a entrada de novas firmas aumenta a concorrência, elevando os custos até que as firmas menos eficientes saiam do mercado. **Cenário 3:** A difusão de nova tecnologia no longo prazo cria uma barreira de entrada, mantendo a firma inovadora com lucros econômicos positivos.
- (D) **Cenário 1:** No curto prazo, a firma deve fechar temporariamente se a receita total cobre apenas os custos variáveis, pois ainda haverá prejuízo. **Cenário 2:** No longo prazo, a entrada de novas firmas mantém os preços estáveis, resultando em lucros normais apenas para as firmas mais eficientes. **Cenário 3:** A nova tecnologia, quando adotada por todas as firmas, cria uma nova curva de oferta mais baixa, mantendo a estrutura de mercado competitiva.
- (E) **Cenário 1:** No curto prazo, a firma deve continuar operando se a receita total cobre os custos variáveis e fixos, pois isso garante a sobrevivência da firma. **Cenário 2:** No longo prazo, a entrada e saída de firmas não afetam o preço de mercado devido à presença de economias de escala. **Cenário 3:** A difusão de nova tecnologia inicialmente aumenta os lucros econômicos, mas a competição eventual reduz esses lucros a níveis normais.

96

Considerando a teoria de escolha sob incerteza, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) Uma função de utilidade estritamente côncava implica que o indivíduo é neutro ao risco.
- ( ) O prêmio do risco de uma loteria monetária é a diferença entre o valor esperado dessa loteria e seu equivalente de certeza.
- ( ) Suponha uma função utilidade Von Neumann-Morgenstern dada por  $U(w) = \sqrt{w}$ , em que  $w$  é o nível de riqueza. Suponha uma loteria em que pague 0 com 50% de chance e pague 100 com 50% de chance. Portanto, o equivalente de certeza é igual a 25.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – F – V.
- (D) F – V – V.
- (E) F – V – F.

97

Uma empresa operando em um mercado de concorrência perfeita vende seu produto a um preço de \$10 por unidade. O custo marginal (CMg) de produção é constante e igual a \$8 por unidade.

A decisão de produção dessa empresa, em termos de maximização de lucro, deve ser

- (A) parar a produção imediatamente, pois o preço é maior que o custo marginal.
- (B) reduzir a produção até que o custo marginal seja igual ao preço.
- (C) continuar produzindo até que o custo marginal se torne maior que o preço de mercado.
- (D) continuar produzindo até sua capacidade máxima, já que o preço de mercado é maior que o custo marginal constante de produção.
- (E) aumentar o preço de venda para aumentar os lucros.

98

Uma empresa monopolista enfrenta a seguinte função de demanda pelo seu produto:  $P = 100 - Q$ , onde  $P$  é o preço e  $Q$  é a quantidade. A função de custo total (CT) da empresa é dada por  $CT = 200 + 20Q$ .

A quantidade de equilíbrio que maximiza o lucro do monopolista é igual a

- (A) 20.
- (B) 25.
- (C) 30.
- (D) 35.
- (E) 40.



99

Considere os seguintes jogos em forma normal:

**Jogo 1**

	C	D
A	3,2	1,1
B	2,3	0,0

**Jogo 2**

	L	R
U	4,1	2,2
D	1,4	3,3

Com base nesses jogos, avalie se as afirmativas a seguir são verdadeiras (V) ou falsas (F).

- ( ) No Jogo 1, a estratégia B domina estritamente a estratégia A para o jogador 1.
- ( ) No Jogo 1, a estratégia D domina estritamente a estratégia C para o jogador 2.
- ( ) No Jogo 2, o equilíbrio de Nash é (U,L).
- ( ) No Jogo 2, a estratégia mista  $(1/2 U + 1/2 D, 1/2 L + 1/2 R)$  é um equilíbrio de Nash.

As afirmativas são, respectivamente,

- (A) V – V – F – F.
- (B) F – V – V – F.
- (C) F – F – V – V.
- (D) F – F – F – V.
- (E) F – F – F – F.

100

Com relação a externalidades, é **incorreto** afirmar que

- (A) na ausência de custos de transação, a livre negociação entre as partes levará a um nível eficiente de produção de externalidades, independentemente de como os direitos sobre a externalidade são distribuídos.
- (B) a solução de mercado não alcança eficiência de Pareto se os custos sociais e privados forem positivos e diferentes entre si.
- (C) uma externalidade está presente sempre que o bem estar de um consumidor é diretamente afetado pela ação de outro agente.
- (D) se um consumidor A consome um bem que gera externalidade positiva para um consumidor B, então o bem-estar de ambos aumenta se B pagar por um aumento dessa externalidade para A.
- (E) do ponto de vista social, a produção de externalidades negativas deveria ter preço negativo.





Realização

